



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Reforma da Previdência

Pequenos Municípios das Regiões Norte e Nordeste

Posição da Entidade



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Indo direto ao Ponto

Tendo em vista o grave quadro fiscal enfrentado pelas prefeituras e a enorme pressão exercida pelas despesas previdenciárias nos orçamentos locais, bem como a dinâmica demográfica do País, a **Confederação Nacional de Municípios é favorável a uma reforma ampla** do atual sistema.

Além das dificuldades fiscais de hoje, a CNM prevê um rápido agravamento do quadro previdenciário em razão da dinâmica populacional que vive o País.

Isso em razão do aumento substancial da expectativa de vida ao nascer. A proporção de idosos, hoje em torno de 11,5%, passará para 18,6% em 2030 e 33,7% em 2060. Na forma **enviada pelo Executivo, a PEC 287/2016** tem impacto imediato na melhora dos fundos próprios municipais.

Posição da Entidade



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Economias dependentes dos benefícios previdenciários

Apesar da CNM defender uma reforma ampla como melhor opção para o País, no que tange à realidade de pequenos municípios brasileiros, é importante frisar que as aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários correspondem a parte significativa da economia local.

Segundo dados do próprio governo (Boletim Previdência em Questão, n.º 24), em 2008, os benefícios pagos pela Previdência superaram os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em mais de 60% dos 5.568 municípios brasileiros. Estimamos que a proporção atual seja de 70%.

Destaca-se que em torno de 500 Municípios, os benefícios do RGPS representam mais de 25% do PIB.

A importância dos benefícios é tamanha que a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) chega a afirmar que:

“ os benefícios pagos pela Previdência Social são o principal motor da economia em sete de cada dez municípios do país. “

Pequenos Municípios



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Norte e Nordeste

A CNM entende que uma reforma restritiva como o texto original da PEC 287/2016 terá efeitos significativos nestas microeconomias.

Nestes casos, a CNM considera importante que a Reforma seja acompanhada de projetos compensatórios de fomento e desenvolvimento destas microeconomias, em geral com alto grau de isolamento.

O quadro destas duas regiões é mais preocupante ainda, uma vez que poucos municípios fizeram a implantação de Fundos próprio municipais, casos em que uma reforma ampla, na forma apresentada pelo Executivo, terá forte impacto estruturante.

Regime Próprio



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Os pontos de mudança que beneficiarão a saúde financeira e atuarial dos RPPS são:

- Regras de aumento da idade mínima;
- Novos métodos de cálculo dos valores das aposentadorias;
- Maior tempo mínimo de contribuição;
- O valor mínimo dos proventos de aposentadoria,
- A mesma forma de reajuste dos benefícios nos moldes do RGPS;
- O benefício limitado ao valor do teto do RGPS.

Além do efeito econômico das restrições dos benefícios, as Prefeituras das regiões Norte e Nordeste, em geral não terão os efeitos fiscais benéficos uma vez que não implantaram os fundos próprios.

Dívida Previdenciária



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Como medida compensatória aos Municípios das regiões Norte e Nordeste, hoje os maiores devedores do RGPS, a CNM considera fundamental um amplo refinanciamento dos débitos.

| Região | Qtd Municípios com RPPS | % do Total |
|--------------|-------------------------|------------|
| Norte | 107 | 23,8% |
| Nordeste | 507 | 28,3% |
| Sudeste | 541 | 32,4% |
| Brasil | 2025 | 36,4% |
| Sul | 555 | 46,6% |
| Centro-oeste | 315 | 67,6% |
| | | |

Fonte: Central de Dados CNM / Previdência Social



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Dados RGF

Dados excluídos quando com inconsistência em relação as bases da STN de transferências, ao FINBRA e dados das SEFAZ.

Parcelamento com o INSS



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Pela amostragem, considerando o total de parcelamentos pela RCL, vemos **maior** grau de endividamento nos municípios na região **Nordeste**, onde em média os parcelamentos equivalem a **23 % da RCL**.

Tab 1 - Endividamento dos Municípios com o INSS , amostra de 634 Municípios: (em R\$ milhões)

| Região | Amostra (% do Total) | Parcelamentos em 2014 | RCL 2014 | Parc / RCL | Parcelamentos em 2015 | RCL 2015 | Parc /RCL |
|--------------|----------------------|-----------------------|---------------|--------------|-----------------------|---------------|--------------|
| Norte | 4,0% | 120 | 1.425 | 8,4% | 117 | 1.478 | 7,9% |
| Nordeste | 15,3% | 5.545 | 24.121 | 23,0% | 5.947 | 25.643 | 23,2% |
| Sul | 8,2% | 1.067 | 10.031 | 10,6% | 1.107 | 10.823 | 10,2% |
| Sudeste | 12,7% | 3.848 | 51.687 | 7,4% | 4.168 | 55.183 | 7,6% |
| Centro-Oeste | 6,7% | 426 | 4.098 | 10,4% | 451 | 4.413 | 10,2% |
| Total | 11,4% | 11.006 | 91.362 | 12,0% | 11.791 | 97.541 | 12,1% |

Fonte : Elaborado pelo Autor com base no Relatório de Gestão Fiscal, contolado e complementado pelos dados do FIMBRA, da STN e do Confaz.

Parcelamento por porte populacional



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Separando a amostra por tamanho populacional, vemos que municípios de porte médio apresentam maior grau de endividamento.

Tab 2 - Endividamento dos Municípios com o INSS , amostra de 634 Municípios: (em R\$ milhões)

| Porte | Amostra (% do Total) | Parcelamentos em 2014 | RCL 2014 | Parc / RCL | Parcelamentos em 2015 | RCL 2015 | Parc /RCL |
|--------------|----------------------|-----------------------|---------------|--------------|-----------------------|---------------|--------------|
| Até 4.999 | 3,9% | 70 | 606 | 11,5% | 70 | 632 | 11,0% |
| Até 9.999 | 7,4% | 228 | 1.572 | 14,5% | 226 | 1.631 | 13,8% |
| Até 19.999 | 13,4% | 1.141 | 5.275 | 21,6% | 1.213 | 5.548 | 21,9% |
| Até 49.999 | 15,7% | 2.456 | 10.514 | 23,4% | 2.612 | 11.175 | 23,4% |
| Até 99.999 | 20,6% | 1.565 | 8.752 | 17,9% | 1.702 | 9.386 | 18,1% |
| Até 299.9999 | 21,6% | 2.252 | 17.178 | 13,1% | 2.562 | 18.307 | 14,0% |
| Até 999.9999 | 29,0% | 1.827 | 17.500 | 10,4% | 1.895 | 18.585 | 10,2% |
| Acima | 26,7% | 1.467 | 29.964 | 4,9% | 1.511 | 32.277 | 4,7% |
| Total | 11,4% | 11.006 | 91.362 | 12,0% | 11.791 | 97.541 | 12,1% |

Fonte : Elaborado pelo Autor com base no Relatório de Gestão Fiscal, controlado e complementado pelos dados do FIMBRA, da STN e do Confaz.

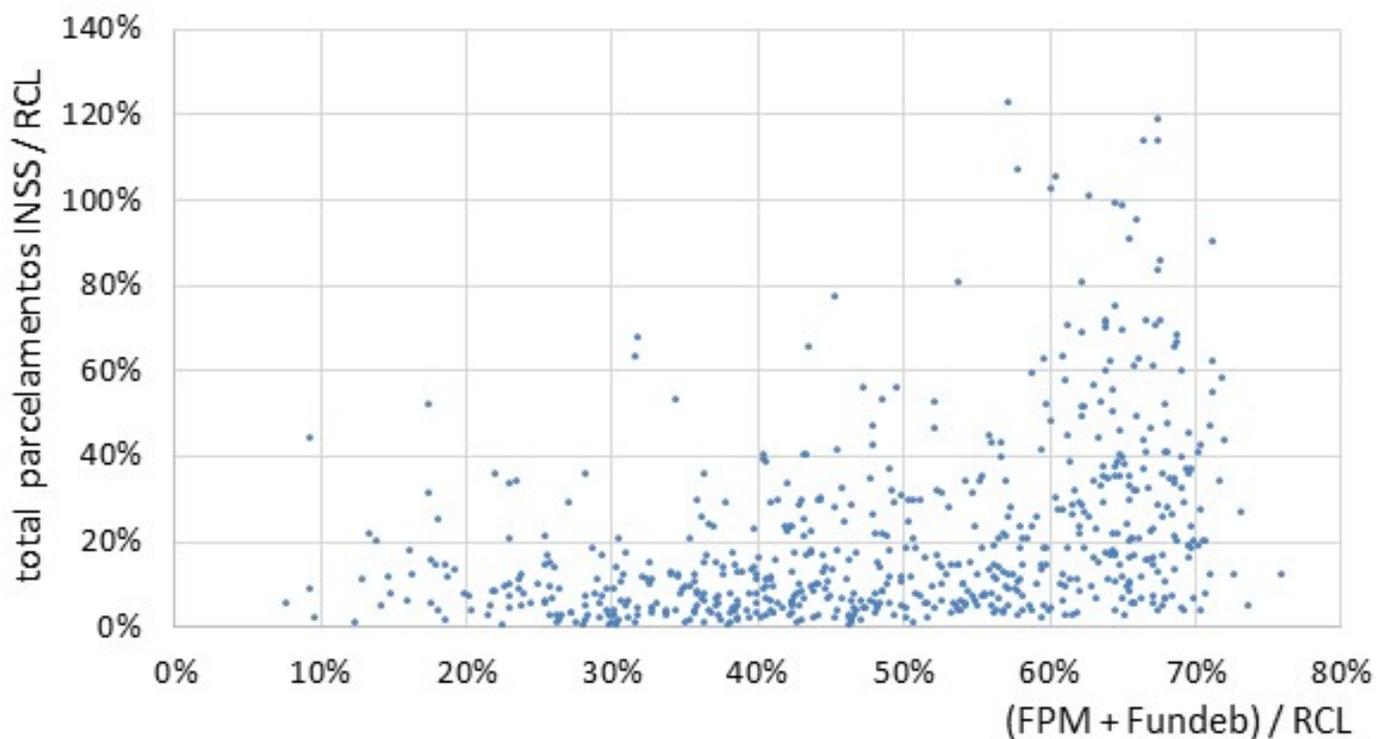
Dependência dos Fundos e Endividamento



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

As localidades com maior peso do FPM e Fundeb na composição da receita são justamente as que apresentam maior grau de endividamento com o INSS. Correlação positiva de 0,4

Relação entre o peso do FPM e Fundeb na RCL e o total de parcelamentos previdenciários em 2014



Evolução da Receita e Endividamento



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Municípios que apresentaram os menores crescimentos da receita básica entre 2010 e 2014, tem os maiores graus de endividamento. Correlação negativa de -0,36 entre crescimento da receita e endividamento.



Retenções no FPM



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

Quanto as retenções no FPM relativas aos parcelamentos, vemos que o último refinanciamento realizado no ano de 2013, teve ampla adesão dos municípios, apesar das péssimas condições de juros estabelecidas.

Essas dívidas, praticamente impagáveis, geram o bloqueio e o “zeramento” dos repasses do FPM, fator que inviabiliza a administração municipal.

Em 2015, foram repassados aos Municípios R\$ 84,3 bilhões de FPM; a retenção neste período correspondeu a 8,78 % do total desse valor. Já em 2016, dos R\$ 99,2 bilhões repassados, 8,11% foram retidos.

O crescimento do número de Municípios que ficaram com o FPM zerado em razão das retenções é preocupante. Em 2014, 759 Municípios tiveram ao menos um repasse zerado. Este número aumentou para 1.144 e 1.450 em 2015 e 2016, respectivamente. Vale observar ainda que estes dados não incluem a maior parte dos pagamentos, que são realizados pela Guia de Recolhimento da Previdência Social – GPS.

Conclusão



SEMINÁRIOS
**Novos
gestores**
2017-2020

A Reforma é imprescindível e a CNM apoia suas linhas gerais que reforçam a saúde financeira e atuarial dos RPPS, não obstante as economias locais dependentes podem ser atingidas com a restrição de benefícios. Além disso, como demonstram os dados, a grande maioria dos municípios do Norte e do Nordeste não implantaram os RPPS, por isso que os benefícios da reforma não serão sentidos diretamente.

Como medida compensatória aos Municípios das regiões Norte e Nordeste, hoje os maiores devedores do RGPS, a CNM considera fundamental um amplo refinanciamento dos débitos.

É neste sentido que esta Confederação, além de apoiar a proposta de reforma em seu texto original enviado ao Congresso, propôs emenda à MP 766/2017, introduzindo uma ampla revisão e, por conseguinte, um parcelamento dos débitos reais.